

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	2018
		Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	20.439.714,42	23.694.994,32	23.824.368,38	32.702.253,00
1.1.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	474.748,70	568.322,32	461.021,88	946.460,00
1.2.0.0.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	581.648,18	653.529,91	690.205,33	648.600,00
1.2.0.0.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M				
1.2.0.0.00.00.00	Receita de Contribuições - R P P S	581.648,18	653.529,91	690.205,33	648.600,00
1.3.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	591.181,70	741.928,44	653.592,49	903.881,00
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	591.181,70	741.686,44	653.592,49	767.381,00
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	186.787,33	124.312,13	88.858,05	267.381,00
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	404.394,37	617.374,31	564.734,44	500.000,00
1.3.9.0.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais		242,00		136.500,00
1.4.0.0.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA				
1.5.0.0.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL				
1.6.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		90,00	7.890,00	50.036,00
1.7.0.0.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	18.781.361,26	21.683.639,43	22.009.548,43	29.676.204,00
1.9.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.774,58	47.484,22	2.110,25	477.072,00
1.9.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	10.774,58	47.484,22	2.110,25	457.072,00
1.9.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S				20.000,00
2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.408.868,42	1.011.445,22	1.174.351,70	7.899.704,00
2.1.0.0.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO				
2.2.0.0.00.00.00	ALIENACAO DE BENS				37.073,00
2.3.0.0.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS				
2.4.0.0.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.408.868,42	1.011.445,22	1.174.351,70	7.862.631,00
2.5.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				
7.2.1.0.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	1.412.703,97	1.596.797,29	1.461.457,57	1.740.000,00
9.0.0.0.00.00.00	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.224.175,59	-2.501.829,10	-2.455.572,94	-2.810.574,00
	TOTAL DA RECEITA	25.485.462,40	23.801.407,73	24.004.604,71	39.531.383,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	2018
		Liquidado	Liquidado	Liquidado	Reestimado
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	17.831.633,66	20.925.160,41	21.191.337,50	28.231.366,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.761.207,67	12.383.024,81	12.309.050,08	16.715.057,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal Próprio	9.659.156,07	10.969.062,05	10.779.947,27	14.288.738,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	1.102.051,60	1.413.962,76	1.529.102,81	2.426.319,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida				
3.2.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS				
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.070.425,99	8.542.135,60	8.882.287,42	11.516.309,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.987.345,52	8.473.241,32	8.804.467,62	11.307.128,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	83.080,47	68.894,28	77.819,80	209.181,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.876.431,75	2.002.795,00	1.928.309,05	10.621.817,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.312.389,15	1.458.864,45	1.658.070,25	10.268.452,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	2.312.389,15	1.458.864,45	1.658.070,25	10.253.352,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos RPPS				15.100,00
4.5.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	20.000,00	0,00	0,00	33.365,00
4.5.90.66.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos				
4.5.90.99.00.00	Outras Inversões Financeiras	20.000,00			33.365,00
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	544.042,60	543.930,55	270.238,80	320.000,00
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				420.200,00
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS				258.000,00
	TOTAL DA DESPESA	20.708.065,41	22.927.955,41	23.119.646,55	39.531.383,00
	PREVISÕES DA LEI DE ORÇAMENTO	2015	2016	2017	2018
	Receita Prevista (já deduzido o FUNDEB)	29.987.573,00	33.458.221,00	38.912.321,00	39.531.383,00
	Rendimento de Aplicações Financeiras	586.416,00	942.238,00	984.649,00	903.881,00
	Receita de Operações de Crédito				
	Receita de Alienação de Bens	31.425,00	33.310,00	35.308,00	37.073,00
	Receita de Amort.de Empréstimos Concedidos				
	Despesa Fixada (cte lei de orçamento)	29.987.573,00	33.458.221,00	38.912.321,00	39.531.383,00
	Juros e Encargos da Dívida	12.762,00	807,00		
	Amortização da Dívida	657.686,00	709.147,00	741.895,00	320.000,00
	Concessão de Empréstimos				

Município de : Quixaba
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018
TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

Exercício	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada	3.341.412,56	2.694.920,19	2.500.000,00	2.408.984,90	2.232.949,48	1.961.172,27
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	1.356.720,70	1.061.342,40	1.255.867,54	1.224.643,55	1.180.617,83	1.220.376,31
(3) Dívida Consolidada Líquida	1.984.691,86	1.633.577,79	1.244.132,46	1.184.341,35	1.052.331,65	740.795,96
(4) Passivos Reconhecidos						
(5) Dívida Fiscal Líquida	1.984.691,86	1.633.577,79	1.244.132,46	1.184.341,35	1.052.331,65	740.795,96
(6) Resultado Nominal	1.984.691,86	(351.114,07)	(389.445,33)	(59.791,11)	(132.009,70)	(311.535,69)

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
2.2 Encargos	-	-	-	-	-	-
2.3 Amortizações	543.930,55	270.238,80	320.000,00	376.015,10	437.651,18	506.906,79

Fonte: Sistema Public Software, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 18/09/2017 e hora de emissão 13h35m

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Município de : Quixaba
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Execício	2016	2017	2018	2019	2020	2021
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	6,40%	10,67%	7,07%	5,48%	4,99%	4,79%
VARIAÇÃO DO PIB	0,10%	-3,80%	-3,85%	0,80%	1,84%	2,20%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	8,67%	-11,27%	28,72%	8,71%	8,72%	15,39%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	14,32%	-2,89%	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ESFORÇO NA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA	13,21%	-25,75%	102,08%	10,00%	10,00%	10,00%
CRESC.REAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS	8,95%	-5,37%	31,61%	11,73%	12,66%	18,67%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL	0,00%	0,00%	0,00%	4,00%	4,00%	4,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-43,41%	6,78%	516,08%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	11,70%	14,25%	13,01%	11,40%	10,86%	10,53%
PIB / RS (em R\$ milhões)	360.496	392.248	380.449	450.965	493.197	537.405

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as fontes de receitas e/ou grupo de natureza de despesa, conforme especificações das tabelas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	PIB	ESF.ARREC. .TRIBUT.	CRESC. REC.TRANS FERIDAS	AUMENTO SALARIAL	TX DE JUROS
Receitas Tributárias	X	X	X			
Receitas de Contribuições - P M	X	X				
Receita de Contribuições - R P P S	X				X	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	X					
Rendimentos de Aplicações - PM	X					
Rendimentos de Aplicações - RPPS	X					
Outras Receitas Patrimoniais	X	X				
Receitas Agropecuárias	X	X				
Receitas Industriais	X	X				
Receitas de Serviços	X	X				
Transferências Correntes	X	X		X		
Outras Receitas Correntes - P M	X					
Outras Receitas Correntes - R P P S	X					
Operações de Crédito						
Alienação de Bens	X					
Amortização de Empréstimos	X					X
Transferências de Capital	X	X				
Outras Receitas de Capital	X					
Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	X				X	
Deduções da Receita	X					

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	CRESC. FOLHA	CRESC. CUSTEIOS	AUMENTO SALARIAL	CRESC. INVESTIM	TX DE JUROS
Pessoal Próprio	X	x		X		
Pessoal do R P P S	X	x		X		
Juros e Encargos da Dívida	X					X
Juros e encargos da Dívida RPPS	X					x
Outras Despesas Correntes	X		X			
Outras Despesas Corrente RPPS	X		X			
Invetimentos	X				X	
Invetimentos RPPS	X				x	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	X					
Outras Inversões Financeiras	X					
Amortização da Dívida Pública	X					x

Município de : Quixaba
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(e)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	45.908.195	43.523.128	0,010%	54.020.172	48.779.563	0,011%	66.517.584	57.318.995	0,012%
Receitas Primárias (I)	45.059.345	42.718.377	0,010%	53.128.202	47.974.125	0,011%	65.581.917	56.512.720	0,012%
Despesa Total	45.908.195	43.523.128	0,010%	54.020.172	48.779.563	0,011%	66.517.584	57.318.995	0,012%
Despesas Primárias (II)	45.532.180	43.166.648	0,010%	53.582.521	48.384.369	0,011%	66.010.677	56.882.187	0,012%
Resultado Primário (I – II)	(472.836)	(448.271)	0,000%	(454.319)	(410.244)	0,000%	(428.760)	(369.468)	0,000%
Resultado Nominal	(59.791)	(56.685)	0,000%	(132.010)	(119.203)	0,000%	(311.536)	(268.454)	0,000%
Dívida Pública Consolidada	2.408.985	2.283.831	0,001%	2.232.949	2.016.326	0,000%	1.961.172	1.689.966	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	1.184.341	1.122.811	0,000%	1.052.332	950.243	0,000%	740.796	638.353	0,000%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%

Fonte: Sistema Public Software, Unidade Responsável: Secretaria de Finanças, Data da emissão 18/09/2017 e hora de emissão 13h36m

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;

2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

3 – o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;

4 – o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;

5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizada:

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2015 2016 e 2017 e os valores reestimados para o exercício atual (2016), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto Nacional e da taxa de inflação (IPCA), cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil,

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 553/2014 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2018. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetros a previsão de taxa de juros SELIC, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil,

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2017, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções:

9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2018, consideradas todas as fontes de recursos a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras, das resultantes de Operações de Crédito, das Alienações de Bens e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos, daí encontrando o valor primário.

9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, e a Amortização da Dívida Pública, tem-se que as despesas primárias para 20178.

9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2018 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

Município de : Quixaba
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	3.168.940	3.004.304	0,001%	3.437.522	3.104.041	0,001%	3.722.628	3.207.833	0,001%
Receitas Primárias RPPS (I)	2.641.540	2.504.304	0,001%	2.883.805	2.604.041	0,001%	3.142.387	2.707.833	0,001%
Despesa Total RPPS	3.168.940	3.004.304	0,001%	3.437.522	3.104.041	0,001%	3.722.628	3.207.833	0,001%
Despesas Primárias RPPS (II)	3.168.940	3.004.304	0,001%	3.437.522	3.104.041	0,001%	3.722.628	3.207.833	0,001%
Resultado Primário RPPS (I – II)	(527.400)	(500.000)	0,000%	(553.717)	(500.000)	0,000%	(580.240)	(500.000)	0,000%

Fonte: Sistema Public Software, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 18/09/2017 e hora de emissão 13h36m

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : Quixaba
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	42.739.256	40.518.824	0,009%	50.582.650	45.675.522	0,010%	62.794.956	54.111.162	0,012%
Receitas Primárias (I)	42.417.805	40.214.073	0,009%	50.244.397	45.370.084	0,010%	62.439.529	53.804.887	0,012%
Despesa Total	42.739.256	40.518.824	0,009%	50.582.650	45.675.522	0,010%	62.794.956	54.111.162	0,012%
Despesas Primárias (II)	42.363.240	40.162.344	0,009%	50.144.999	45.280.329	0,010%	62.288.049	53.674.355	0,012%
Resultado Primário (I - II)	54.564	51.729	0,000%	99.398	89.756	0,000%	151.480	130.532	0,000%

Fonte: Sistema Public Software, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 18/09/2017 e hora de emissão 13h36m

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

Município de : Quixaba
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	38.912.321	0,010%	24.004.605	0,006%	(14.907.716)	-38,31%
Receita Primárias (I)	37.892.364	0,010%	23.351.012	0,006%	(14.541.352)	-38,38%
Despesa Total	38.912.321	0,010%	23.119.647	0,006%	(15.792.674)	-40,59%
Despesa Primárias (II)	38.170.426	0,010%	22.849.408	0,006%	(15.321.018)	-40,14%
Resultado Primário (I-II)	(278.062)	0,000%	501.604	0,000%	779.666	-280,39%
Resultado Nominal		0,000%	(351.114)	0,000%	(351.114)	-
Dívida Pública Consolidada		0,000%	2.694.920	0,001%	2.694.920	-
Dívida Consolidada Líquida		0,000%	1.633.578	0,000%	1.633.578	-

FONTE: Sistema Público Software, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 18/09/2017 e hora de emissão 13h36m

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2016), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2016 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, à meta estabelecida. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras superou a projeção. As despesas não financeiras atingiram, estabelecendo-se acima da previsão orçamentária. Não obstante a sua expansão as receitas primárias não chegou a comprometer, dessa forma, a obtenção do superávit primário.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2017 a performance dos grupos de receita tributária, patrimonial e de transferências correntes, que superaram a expectativa.

A dívida consolidada inferior estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo da diminuição dos desembolsos da amortização da dívida que foi menor que a projeção consignada na Lei do Orçamento.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2017, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, que comparado com o montante apurado ao final de 2016, apresentou um resultado nominal abaixo da previsão inicial da LDO.

Município de : Quixaba
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2018

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação%	2020	Variação %
Receita Total	33.458.221	38.912.321	16,30%	39.531.383	1,59%	45.908.195	16,13%	54.020.172	17,67%	66.517.584	23,13%
Receitas Primárias (I)	32.482.673	37.892.364	16,65%	38.590.429	1,84%	45.059.345	16,76%	53.128.202	17,91%	65.581.917	23,44%
Despesa Total	33.458.221	38.912.321	16,30%	39.531.383	1,59%	45.908.195	16,13%	54.020.172	17,67%	66.517.584	23,13%
Despesas Primárias (II)	32.748.267	38.170.426	16,56%	39.211.383	2,73%	45.532.180	16,12%	53.582.521	17,68%	66.010.677	23,19%
Resultado Primário (I – II)	(265.594)	(278.062)	4,69%	(620.954)	123,31%	(472.836)	-23,85%	(454.319)	-3,92%	(428.760)	-5,63%
Resultado Nominal	-	0	0	0	0	(59.791)	0	(132.010)	120,78%	(311.536)	135,99%
Dívida Pública Consolidada	-	-	0	-	0	2.408.985	0	2.232.949	-7,31%	1.961.172	-12,17%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0	-	0	1.184.341	0	1.052.332	-11,15%	740.796	-29,60%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %
Receita Total	39.646.108	41.663.422	5,09%	39.531.383	-5,12%	43.523.128	10,10%	48.779.563	12,08%	57.318.995	17,51%
Receitas Primárias (I)	38.490.138	40.571.354	5,41%	38.590.429	-4,88%	42.718.377	10,70%	47.974.125	12,30%	56.512.720	17,80%
Despesa Total	39.646.108	41.663.422	5,09%	39.531.383	-5,12%	43.523.128	10,10%	48.779.563	12,08%	57.318.995	17,51%
Despesas Primárias (II)	38.804.852	40.869.075	5,32%	39.211.383	-4,06%	43.166.648	10,09%	48.384.369	12,09%	56.882.187	17,56%
Resultado Primário (I – II)	(314.714)	(297.721)	-5,40%	(620.954)	108,57%	(448.271)	-27,81%	(410.244)	-8,48%	(369.468)	-9,94%
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	(56.685)	-	(119.203)	110,29%	(268.454)	125,21%
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	2.283.831	-	2.016.326	-11,71%	1.689.966	-16,19%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	1.122.811	-	950.243	-15,37%	638.353	-32,82%

Fonte: Sistema Public Software, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 18/09/2017 e hora de emissão 13h36m

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2015, 2016 e 2017), bem como para os três seguintes (2019, 2020 e 2021), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2015, 2016 e 2017 foram extraídos das respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : Quixaba
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	16.765.498,81	100,00%	13.414.386,31	80,01%	13.414.386,31	100,00%
Reservas		0,00%		0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado		0,00%	3.351.112,50	19,99%	-	0,00%
TOTAL	16.765.498,81	100,00%	16.765.498,81	100,00%	13.414.386,31	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	11.337.758,29	-183,26%	(3.102.003,21)	-27,36%	(18.087.893,05)	583,10%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	(17.524.546,66)	283,26%	14.439.761,50	127,36%	14.985.889,84	-483,10%
TOTAL	(6.186.788,37)	100,00%	11.337.758,29	100,00%	(3.102.003,21)	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	28.103.257,10	265,66%	10.312.383,10	36,69%	(4.673.506,74)	-45,32%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	(17.524.546,66)	-165,66%	17.790.874,00	63,31%	14.985.889,84	145,32%
TOTAL	10.578.710,44	100,00%	28.103.257,10	100,00%	10.312.383,10	100,00%

Fonte: Sistema Public Software, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 18/09/2017 e hora de emissão 13h36m

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2015, 2016 e 2017), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, está sobre a gestão do FUNPREQ, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2015 a 2017, aponta que o saldo patrimonial aumentou.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2017 com superavit.

Município de : Quixaba
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017	2016	2015
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2013			
RECEITAS DE CAPITAL	-		-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-		-
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens			
TOTAL	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2017	2016	2015
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	-	-	-

Fonte: Sistema Public Software, Unidade Responsável Secretária de Finanças, Data da emissão 18/09/2017 e hora de emissão 13h36m

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2015, 2016 e 2017).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : Quixaba
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2015	2016	2017
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	986.042,45	1.270.904,22	1.254.939,77
RECEITAS CORRENTES	986.042,45	1.270.904,22	1.254.939,77
Receita de Contribuições dos Segurados	581.648,18	653.529,91	690.205,33
Pessoal Civil	581.648,18	653.529,91	690.205,33
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial	404.394,27	617.374,31	564.734,44
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.412.703,97	1.596.797,29	1.461.457,57
RECEITAS CORRENTES	1.412.703,97	1.596.797,29	1.461.457,57
Receita de Contribuições	1.412.703,97	1.596.797,29	1.461.457,57
Patronal	439.655,26	423.380,56	380.359,49
Pessoal Civil	439.655,26	423.380,56	380.359,49
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial	784.839,12	983.595,62	948.389,05
Regime de Débitos e Parcelamentos	188.209,59	189.821,11	132.709,03
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	2.398.746,42	2.867.701,51	2.716.397,34

DESPESAS	2015	2016	2017
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.185.132,07	1.183.449,63	1.606.922,61
ADMINISTRAÇÃO	96.659,46	94.977,02	83.310,09
Despesas Correntes	96.659,46	94.977,02	83.310,09
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA	1.088.472,61	1.088.472,61	1.523.612,52
Pessoal Civil	1.088.472,61	1.088.472,61	1.523.612,52
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	1.185.132,07	1.183.449,63	1.606.922,61

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.213.614,35	1.684.251,88	1.109.474,73
--	---------------------	---------------------	---------------------

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2015	2016	2017
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	289.140,00	332.511,00	365.762,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	4.093.244,02	5.480.816,83	6.585.249,99

Fonte: Sistema Public Software, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 18/09/2017 e hora de emissão 13h36m

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2015, 2016 e 2017, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2017.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

16 – FLUXO FINANCEIRO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT TÉCNICO

A amortização deste passivo será pelos próximos 29 anos deste período, a amortização se fará por meios de alíquotas mensais tendo como parâmetro a folha de salários de contribuição dos servidores de cargo efetivo ativo e será mensurada em cada avaliação atuarial, conforme estabelecido no artigo 18 da Portaria MPAS nº 403/2008, cujo quadro apresentou os valores a seguir:

Mês/Ano	Fl. Salarial Anual	Contribuição Amortizante	Vr. Atual Contrib. Amort.	N	Saldo Devedor do Déficit Atuarial
		Fl.Sal. x Taxa Contrib.			
dez-16					28.008.781,37
dez-17	5.623.467,39	853.642,35	849.507,33	1	28.810.429,66
dez/18	5.679.702,07	959.298,60	904.998,68	2	29.551.397,09
dez/19	5.736.499,09	1.066.982,60	1.051.552,29	3	30.225.955,09
dez/20	5.793.864,08	1.176.724,36	1.154.089,41	4	30.828.000,51
dez/21	5.851.802,72	1.288.554,26	1.257.646,54	5	31.351.032,74
dez/22	5.910.320,75	1.402.503,07	1.362.231,41	6	31.788.129,41
dez/23	5.969.423,96	1.518.602,02	1.467.851,82	7	32.131.920,71
dez/24	6.029.118,20	1.636.882,68	1.574.515,64	8	32.374.562,08
dez/25	6.089.409,38	1.757.377,11	1.682.230,74	9	32.507.705,33
dez/26	6.150.303,47	1.880.117,73	1.791.005,10	10	32.522.467,98
dez/27	6.211.806,51	2.005.137,43	1.900.846,73	11	32.409.400,72
dez/28	6.273.924,57	2.132.469,51	2.011.763,68	12	32.158.453,04
dez/29	6.336.663,82	2.262.147,71	2.123.764,09	13	31.758.936,60
dez/30	6.400.030,45	2.394.206,24	2.236.856,11	14	31.199.486,61
dez/31	6.464.030,76	2.528.679,72	2.351.047,99	15	30.468.020,69
dez/32	6.528.671,07	2.665.603,25	2.466.348,00	16	29.551.695,42
dez/33	6.593.957,78	2.805.012,38	2.582.764,49	17	28.436.860,15
dez/34	6.659.897,36	2.946.943,13	2.700.305,85	18	27.109.008,11
dez/35	6.726.496,33	3.091.432,00	2.818.980,54	19	25.552.724,54
dez/36	6.793.761,29	3.238.515,95	2.938.797,07	20	23.751.631,77
dez/37	6.861.698,91	3.270.901,11	2.953.807,24	21	21.809.130,88
dez/38	6.930.315,89	3.303.610,12	2.968.894,07	22	19.716.403,93
dez/39	6.999.619,05	3.336.646,22	2.984.057,95	23	17.464.100,63
dez/40	7.069.615,24	3.370.012,68	2.999.299,29	24	15.042.306,25
dez/41	7.140.311,40	3.403.712,81	3.014.618,48	25	12.440.507,80
dez/42	7.211.714,51	3.437.749,94	3.030.015,91	26	9.647.558,08
dez/43	7.283.831,66	3.472.127,44	3.045.491,98	27	6.651.637,58
dez/44	7.356.669,97	3.506.848,71	3.061.047,10	28	3.440.214,10
dez/45	7.430.236,67	3.541.917,20	3.076.681,66	29	0,00

Município de : Quixaba
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
IPTU	Concessão de isenção em caráter não geral	Secretaria de Finanças	10.000,00	10.499,00	11.001,90	Recebimento antecipado da Receita para fazer frente as despesas de custeio do início do exercício
ITBI	Concessão de isenção em caráter não geral	Secretaria de Finanças	5.000,00	5.249,50	5.500,95	
TOTAL			15.000,00	15.748,50	16.502,85	-

Fonte: Sistema Public Software, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 18/09/2017 e hora de emissão 13h36m

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2018 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2019 e 2020, foram claculados a partir dos valores de 2018, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2018: 4,99%

Inflação para 2019: 4,79%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : Quixaba
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

RS 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2018
Aumento Permanente da Receita	3.850.179,11
Decorrente de Receitas Tributárias	102.974,85
Decorrente de Transferências Correntes	3.747.204,26
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(22.484,59)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.827.694,52
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.827.694,52
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	2.182.627,89
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	2.182.627,89
Relativas a Outras Despesas Correntes	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.645.066,63

Fonte: Sistema Public Software, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 18/09/2017 e hora de emissão 13h36m

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2018 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2016-2017.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2018, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2016-2017 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.

Município de : Quixaba
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO 1 - METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

RS 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2018
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	-

Fonte:

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2018, adequar-se-ão às receitas do Município.

Município de : Quixaba
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2018

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	30.000,00	Redução Permanente da Despesa	30.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	5.000,00	Redução Permanente da Despesa	5.000,00
Avais e Garantias Concedidas	1.000,00	Redução Permanente da Despesa	1.000,00
Assunção de Passivos	1.000,00	Redução Permanente da Despesa	1.000,00
Assistências Diversas	20.000,00	Redução Permanente da Despesa	20.000,00
Outros Passivos Contingentes	15.000,00	Redução Permanente da Despesa	15.000,00
SUBTOTAL	72.000,00	SUBTOTAL	72.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	50.000,00	Redução Permanente da Despesa	50.000,00
Restituição de Tributos a Maior	10.000,00	Redução Permanente da Despesa	10.000,00
Discrepância de Projeções:	5.000,00	Redução Permanente da Despesa	5.000,00
Outros Riscos Fiscais	30.000,00	Redução Permanente da Despesa	30.000,00
SUBTOTAL	95.000,00	SUBTOTAL	95.000,00
TOTAL	167.000,00	TOTAL	167.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.